

Avanço da precariedade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, nos anos 90

Walter Arno Pichler*

Sociólogo e Economista da FEE,
Professor da Unisinos.

Resumo

Este artigo tem como propósito traçar um quadro evolutivo da qualidade das ocupações no mercado de trabalho, no Rio Grande do Sul, entre 1992 e 1999. Parte-se do pressuposto de que, no decorrer desse período, o processo de reestruturação produtiva, a abertura comercial e a política de estabilização macroeconômica produziram uma deterioração (ou precarização) do emprego no Estado. Assume-se que isso se manifesta na presença e no tamanho do segmento informal do mercado de trabalho. A fonte de dados usada neste estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. A pesquisa revela que houve um aumento da informalidade em áreas em que a parcela de trabalhadores informais já era elevada no início dos anos 90 — como é o caso do comércio de mercadorias e dos transportes e comunicações —, mas também em setores tradicionalmente caracterizados pela forte presença do trabalho formal — como é o caso da administração pública e da indústria de transformação. Merece destaque o pequeno avanço do trabalho formal no setor prestação de serviços, área caracterizada pela amplitude do trabalho precário. O estudo mostra, igualmente, que as categorias ocupacionais precárias que mais se expandiram foram o trabalho sem carteira de trabalho assinada e o trabalho por conta própria.

Palavras-chave

Setor informal; mercado de trabalho; qualidade do emprego.

* O autor agradece às críticas e sugestões de Miriam De Toni e dos colegas do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE. Erros e omissões porventura remanescentes são de responsabilidade do autor.

Abstract

This paper is aimed at assessing the size and the evolution of precariousness in the labour market in Rio Grande do Sul — the southernmost state of Brazil — between 1992 and 1999. It is based on the assumption that economic modernization, price stabilization and the increase of foreign trade undermined the quality of employment. The source of the evidence used in this study is the set of labor market statistics of the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). The study shows that precarious forms of work increased in urban areas, especially in the Manufacturing Industry and in the areas of Transport and Communication. In the Service sector, in contrast, there is evidence of a slight decline of precariousness.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 02.10.02.**

Considerações iniciais

Ao longo das últimas décadas, o mercado de trabalho vem passando por grandes transformações provocadas pela abertura dos mercados e pelas inovações tecnológicas e organizacionais que afetaram o nível e a distribuição do emprego. No âmbito do trabalho, esse processo se manifesta na alta das taxas de desemprego, na crescente concentração da população ocupada no Setor Terciário da economia e no surgimento de uma multiplicidade de formas de ocupação consideradas atípicas em relação ao padrão fordista, que emergiu no pós Segunda Guerra.

Essa questão ganhou destaque no Brasil, durante os anos 90, em função dos efeitos da crise econômica e da reestruturação produtiva em curso desde a década anterior. Entre os aspectos ressaltados em estudos sobre o tema, está a questão da deterioração das condições de trabalho (Situação..., 2001, p. 11-14). Sustenta-se que o emprego de tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos está decaindo. Em contrapartida, assiste-se ao aumento de formas de inserção vulneráveis no mercado de trabalho, fato que se manifesta no crescente assalariamento sem carteira assinada, no trabalho de autônomos, na ampliação do trabalho doméstico, dentre outros. Em outras palavras, o núcleo protegido do mercado de trabalho (ou setor formal) estaria diminuindo, enquanto

o segmento de ocupados em situação precária — vinculado ao denominado setor informal — estaria aumentando.¹

Tendo por referência as mutações recentes no trabalho, este artigo tem como objetivo traçar um quadro evolutivo das formas de inserção dos indivíduos no mercado do trabalho, no Rio Grande do Sul, entre 1992 e 1999. Buscou-se, com isso, apreender as características e a magnitude da deterioração da qualidade do emprego no Estado em uma conjuntura marcada por grandes transformações decorrentes da reestruturação produtiva, da abertura comercial e da estabilidade macroeconômica. A fonte de dados usada neste estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

Este artigo parte do pressuposto de que as condições de trabalho que afetam a qualidade das ocupações são condicionadas pela forma de sua inserção no mercado de trabalho. Isto, por sua vez, pode ser aferido através do exame do indicador posição na ocupação, presente na maioria das pesquisas sobre mão-de-obra.

A noção de posição na ocupação do IBGE permite identificar categorias típicas de ocupação existentes na atividade econômica. Ela inclui tanto as que se encontram no mercado de trabalho capitalista quanto aquelas vinculadas à pequena produção urbana não organizadas nesses moldes.²

Para facilitar a identificação das características do mercado de trabalho no tocante à qualidade das ocupações e para mensurar suas dimensões, as distintas categorias de posição na ocupação do IBGE-PNAD foram agrupadas segundo o esquema proposto por Pamplona (2001, p. 211-212).³ O autor distingue quatro grandes grupos de ocupados. O primeiro constitui o **setor formal** (ou núcleo estruturado do mercado de trabalho). Aqui se incluem as categorias de posição na ocupação trabalhadores com carteira de trabalho assinada — doravante referidos como trabalhadores com carteira — e os funcionários públicos estatutários e militares — doravante referidos como funcionários públicos. O segundo grande grupo constitui o **setor informal** (ou núcleo pouco estruturado), que inclui as categorias trabalhadores sem carteira de trabalho assinada — doravante referidos com trabalhadores sem carteira —, por conta própria,

¹ Seria oportuno ressaltar que existe considerável controvérsia sobre como abordar e definir a informalidade. Está fora do escopo deste artigo, no entanto, fazer uma revisão bibliográfica sobre o assunto e aprofundar essa questão. Uma atualização sobre o conceito de informalidade e formas atípicas de emprego e sobre o estágio da discussão sobre o tema pode ser encontrada em Pamplona (2001) e em Cacciamali (2000).

² Um dos trabalhos sobre a pequena produção urbana não organizada em moldes capitalistas que se constitui em uma referência na literatura sobre o tema é Souza (1980).

³ Esse esquema é semelhante à classificação proposta por Cardoso Júnior e Fernandes (2000), ambos pesquisadores do IPEA.

trabalhadores domésticos e não remunerados. Os terceiro e quarto grandes grupos distinguidos por Pamplona são os **outros ocupados** — que se compõem de trabalhadores na produção para o próprio consumo e de trabalhadores na construção para o próprio uso — e os **empregadores**. Como o foco deste artigo recai sobre os trabalhos formal e informal, estes últimos grupos não foram objeto de um exame mais detalhado.

Segundo o critério aqui utilizado, ocupações formais englobam as categorias de assalariados cuja situação empregatícia é regida por instrumento legal, notadamente aquelas situações reguladas por estatuto de funcionário público, bem como as decorrentes da posse de carteira de trabalho assinada. Assume-se que, de modo geral, a situação dos ocupados nessas condições (ou a qualidade do emprego) é superior em relação àquelas situações que não se enquadram nessa classificação. Os empregos regidos por instrumentos legais caracterizam-se pelo fato de garantir aos trabalhadores o acesso a uma série de vantagens pecuniárias e não pecuniárias (Pero, 1994, p. 161; Reinecke 1999, p. 123). Deles, derivam o acesso à previdência e à seguridade social e aos benefícios estipulados pela legislação trabalhista brasileira, tais como salário mínimo, descanso semanal remunerado, férias anuais, limitações da jornada de trabalho, indenização em caso de demissões (Amadeo; Camargo, 1996, p. 50-58). É necessário chamar atenção para o fato de que a situação de carteira assinada ou o fato de o emprego ser regido pelo estatuto do funcionalismo público não implica, necessariamente, que todos os empregados recebam todos os benefícios a que têm direito (Reinecke, 1999, p. 122).

Assume-se, igualmente, que, no setor informal, em função da inexistência de vínculos formais ou em função da debilidade dos mesmos⁴, a situação de trabalho é, de modo geral, precária. De acordo com Pamplona (2001, p. 215), nesse segmento, a remuneração tende a ser mais baixa e mais instável. Além disso, esse setor se caracteriza pela falta de proteção da legislação trabalhista — que estimula a existência de longas jornadas de trabalho e alta rotatividade⁵ —, pela ausência de proteção previdenciária — que deixa o trabalhador à mercê de sua própria sorte em caso de acidente ou doença — e pela ausência

⁴ O caso dos trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada é exemplo de debilidade de vínculo formal. Esses empregados gozam de condições inferiores às dos demais empregados regidos pela CLT no tocante a uma série de aspectos. Entre estes, incluem-se o direito a férias de 20 dias — e não de 30 dias conforme os demais celetistas — e a ausência de regulamentação da jornada de trabalho. Além disso, para essa categoria de trabalhadores, não é obrigatório o desconto do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

⁵ Observe-se que, no Brasil, mesmo no setor formal, os índices de rotatividade são elevados, conforme atestam estudos de Baltar e Proni (1996) e de Gonzaga (1998).

de oportunidades de ascensão profissional. É necessário incluir, no entanto, a ressalva de que as situações de trabalho aqui são muito heterogêneas. Nem todas podem ser consideradas precárias. Conforme Reinecke (1999, p. 122), a ocupação “atípica” pode significar um processo de precarização (como freqüentemente é o caso), pode ser uma “nova forma de trabalho assalariado sob diferentes, mas não piores condições”, ou pode ser uma nova forma de empreendedorismo. Pamplona (2001) concorda com esse ponto de vista. Segundo esse autor, as “(...) transformações produtivas em curso podem oferecer oportunidades que façam da informalidade não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também uma forma de prosperidade para muitos auto-empregados” (Pamplona, 2001, p. 215).

Feita essa rápida aproximação metodológica, há condições de se passar a examinar os dados relativos ao Rio Grande do Sul. Na primeira parte do texto, descreve-se, sumariamente, a distribuição da população ocupada, por setor e ramo de atividades, em 1999, e analisa-se a evolução do emprego entre 1992 e 1999.⁶ Na segunda, é apresentada a análise do quadro ocupacional do Rio Grande do Sul, por categoria de posição na ocupação, e se apontam as principais tendências de evolução no período. Na terceira parte, analisa-se a distribuição dos ocupados, por categoria de posição na ocupação, nos diferentes setores e ramos de atividade econômica. Identificam-se aqui, igualmente, as principais tendências de evolução das categorias de ocupados ao longo do período em análise.

Distribuição da população ocupada por setor e ramo de atividade

Em 1999, havia 5.056,1 mil pessoas ocupadas no Rio Grande do Sul. A maior parte desse contingente estava concentrada no Setor Terciário (49,7%). As atividades agrícolas reuniam 25,9% do total de ocupados, e o Setor Secundário, 22,0%. Os ramos de atividade que maior número de pessoas ocupavam eram prestação de serviços (16,8% do total de ocupados), indústria de transformação (15,7%), comércio de mercadorias (11,6%) e social (9,5%) — Tabela 1.

⁶ Inicia-se o período de análise em 1992, considerando que, nesse ano, o IBGE introduziu mudanças na metodologia do levantamento da PNAD que afetaram a comparabilidade dos dados, prejudicando a análise de séries históricas mais longas.

Tabela 1

Pessoas de 10 anos e mais ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, categoria do emprego no trabalho principal e por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1999

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO			Total
	Atividades Agrícolas	Indústria de Trans- formação	Indústria da Construção	Outras Atividades Industriais	
TOTAL DE OCUPADOS	1 307 630	793 784	278 034	41 586	1 113 404
Ocupados formais	94 456	559 923	74 068	24 755	658 746
Empregados com carteira de trabalho assinada	94 456	559 151	74 068	20 691	653 910
Funcionários públicos estatutários e militares	0	772	0	4 064	4 836
Ocupados informais	847 908	193 920	177 406	16 264	387 590
Empregados sem carteira assinada (outros)	93 178	105 499	57 688	11 683	174 870
Trabalhadores domésticos	-	-	-	-	-
Trabalhadores por conta própria	333 566	69 690	116 937	4 014	190 641
Trabalhadores não remunerados	421 164	18 731	2 781	567	22 079
Outros ocupados	330 419	0	9 318	0	9 318
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	330 419	-	-	-	-
Trabalhadores na construção para o próprio uso	-	-	9 318	-	-
Empregadores	34 847	39 941	17 242	567	57 750
Sem declaração	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 1

Pessoas de 10 anos e mais ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, categoria do emprego no trabalho principal e por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1999

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SETOR TERCIÁRIO			
	Comércio de Mercadorias	Prestação de Serviços	Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	Transportes e Comunicações
TOTAL DE OCUPADOS	587 110	850 701	205 509	171 692
Ocupados formais	240 107	152 684	62 424	81 309
Empregados com carteira de trabalho assinada	239 541	152 684	61 447	77 757
Funcionários públicos estatutários e militares	566	0	977	3 552
Ocupados informais	288 067	671 511	121 413	79 622
Empregados sem carteira assinada (outros)	82 968	69 333	32 011	27 899
Trabalhadores domésticos	-	330 894	-	-
Trabalhadores por conta própria	163 298	220 693	82 605	48 480
Trabalhadores não remunerados	41 801	50 591	6 797	3 243
Outros ocupados	0	0	0	0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	-	-
Trabalhadores na construção para o próprio uso	-	-	-	-
Empregadores	58 936	26 506	21 672	10 761
Sem declaração	-	-	-	-

(continua)

Tabela 1

Pessoas de 10 anos e mais ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, categoria do emprego no trabalho principal e por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1999

SETOR TERCIÁRIO					
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Social	Adminis- tração Pública	Total	Outras Atividades Mal-Defini- das ou Não Declaradas	TOTAL DE OCUPADOS
TOTAL DE OCUPADOS	482 233	214 777	2 512 022	123 045	5 056 101
Ocupados formais	354 387	176 075	1 066 986	55 785	1 875 973
Empregados com car- teira de trabalho as- sinada	194 117	32 222	757 768	49 557	1 555 691
Funcionários públicos estatutários e militares	160 270	143 853	309 218	6 228	320 282
Ocupados informais	117 604	38 136	1 316 353	63 708	2 615 559
Empregados sem car- teira assinada (outros)	55 074	36 952	304 237	13 896	586 181
Trabalhadores domésti- cos	-	-	330 894	-	330 894
Trabalhadores por con- ta própria	42 563	-	557 639	48 473	1 130 319
Trabalhadores não re- munerados	19 967	1 184	123 583	1 339	568 165
Outros ocupados	0	0	0	0	339 737
Trabalhadores na pro- dução para o próprio consumo	-	-	-	-	330 419
Trabalhadores na cons- trução para o próprio uso	-	-	-	-	9 318
Empregadores	10 242	-	128 117	3 552	224 266
Sem declaração	-	566	566	-	566

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Tabela 2

Pessoas de 10 anos e mais ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, categoria do emprego no trabalho principal e por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1992

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO			Total
	Atividades Agrícolas	Indústria de Transformação	Indústria da Construção	Outras Atividades Industriais	
TOTAL DE OCUPADOS	1 565 185	824 688	246 570	46 410	1 117 668
Ocupados formais	95 889	599 819	67 567	31 731	699 117
Empregados com carteira de trabalho assinada	95 889	599 608	66 450	28 006	694 064
Funcionários públicos estatutários e militares	0	211	1 117	3 725	5 053
Ocupados informais	1 050 353	189 628	156 377	14 121	360 126
Empregados sem carteira assinada (outros)	119 039	99 217	52 783	9 998	161 998
Trabalhadores domésticos	-	-	-	-	-
Trabalhadores por conta própria	387 476	56 170	97 359	3 564	157 093
Trabalhadores não remunerados	543 838	34 241	6 235	559	41 035
Outros ocupados	372 967	0	8 060	0	8 060
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	372 967	-	-	-	-
Trabalhadores na construção para o próprio uso	-	-	8 060	-	-
Empregadores	45 976	35 241	14 566	558	50 365
Sem declaração	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 2

Pessoas de 10 anos e mais ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, categoria do emprego no trabalho principal e por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1992

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SETOR TERCIÁRIO			
	Comércio de Mercadorias	Prestação de Serviços	Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	Transportes e Comunicações
TOTAL DE OCUPADOS	522 620	760 514	159 431	143 631
Ocupados formais	239 930	104 590	60 759	84 406
Empregados com carteira de trabalho assinada	239 930	103 956	59 355	78 532
Funcionários públicos estatutários e militares	0	634	1 404	5 874
Ocupados informais	236 120	626 555	83 673	53 139
Empregados sem carteira assinada (outros)	56 951	70 591	21 807	13 523
Trabalhadores domésticos	-	303 725	-	-
Trabalhadores por conta própria	141 065	221 029	57 805	38 635
Trabalhadores não remunerados	38 104	31 210	4 061	981
Outros ocupados	0	0	0	0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	-	-
Trabalhadores na construção para o próprio uso	-	-	-	-
Empregadores	46 570	29 369	14 999	6 086
Sem declaração	-	-	-	-

(continua)

Tabela 2

Pessoas de 10 anos e mais ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, categoria do emprego no trabalho principal e por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1992

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SETOR TERCIÁRIO				TOTAL DE OCUPADOS
	Social	Adminis- tração Pública	Total	Outras Atividades Mal-Defi- nidas ou Não Declaradas	
TOTAL DE OCUPADOS	389 525	208 227	2 183 948	122 421	4 989 222
Ocupados formais	301 140	188 048	978 873	71 032	1 844 911
Empregados com car- teira de trabalho as- sinada	181 204	52 607	715 584	64 154	1 569 691
Funcionários públicos estatutários e militares	119 936	135 441	263 289	6 878	275 220
Ocupados informais	82 847	19 409	1 101 743	49 141	2 561 363
Empregados sem car- teira assinada (outros)	43 095	19 198	225 165	11 772	517 974
Trabalhadores domésti- cos	-	-	303 725	-	303 725
Trabalhadores por con- ta própria	27 566	-	486 100	36 599	1 067 268
Trabalhadores não re- munerados	12 186	211	86 753	770	672 396
Outros ocupados	0	0	0	0	381 027
Trabalhadores na pro- dução para o próprio consumo	-	-	-	-	372 967
Trabalhadores na cons- trução para o próprio uso	-	-	-	-	8 060
Empregadores	5 538	559	103 121	1 826	201 288
Sem declaração	-	211	211	422	633

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

Tabela 3

Variação percentual do estoque de ocupados, por posição na ocupação por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1992-99

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO			
	Atividades Agrícolas	Indústria de Transformação	Indústria da Construção	Outras Atividades Industriais	Total
TOTAL DE OCUPADOS	-16,5	-3,7	12,8	-10,4	-0,4
Ocupados formais	-1,5	-6,7	9,6	-22,0	-5,8
Empregados com carteira de trabalho assinada	-1,5	-6,7	11,5	-26,1	-5,8
Funcionários públicos estatutários e militares	-	265,9	-100,0	9,1	-4,3
Ocupados informais	-19,3	2,3	13,4	15,2	7,6
Empregados sem carteira assinada (outros)	-21,7	6,3	9,3	16,9	7,9
Trabalhadores domésticos	-	-	-	-	-
Trabalhadores por conta própria	-13,9	24,1	20,1	12,6	21,4
Trabalhadores não remunerados	-22,6	-45,3	-55,4	1,4	-46,2
Outros ocupados	-11,4	-	15,6	-	15,6
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-11,4	-	-	-	-
Trabalhadores na construção para o próprio uso	-	-	15,6	-	-
Empregadores	-24,2	13,3	18,4	1,6	14,7
Sem declaração	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 3

Variação percentual do estoque de ocupados, por posição na ocupação e por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1992-99

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SETOR TERCIÁRIO			
	Comércio de Mercadorias	Prestação de Serviços	Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	Transportes e Comunicações
TOTAL DE OCUPADOS	12,3	11,9	28,9	19,5
Ocupados formais	0,1	46,0	2,7	-3,7
Empregados com carteira de trabalho assinada	-0,2	46,9	3,5	-1,0
Funcionários públicos estatutários e militares	-	-100,0	-30,4	-39,5
Ocupados informais	22,0	7,2	45,1	49,8
Empregados sem carteira assinada (outros) .	45,7	-1,8	46,8	106,3
Trabalhadores domésticos	-	8,9	-	-
Trabalhadores por conta própria	15,8	-0,2	42,9	25,5
Trabalhadores não remunerados	9,7	62,1	67,4	230,6
Outros ocupados	-	-	-	-
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	-	-
Trabalhadores na construção para o próprio uso	-	-	-	-
Empregadores	26,6	-9,7	44,5	76,8
Sem declaração	-	-	-	-

(continua)

Tabela 3

Variação percentual do estoque de ocupados, por posição na ocupação e por setor e ramo de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 1992-99

SETOR TERCIÁRIO					
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Social	Adminis- tração Pública	Total	Outras Atividades Mal-Defi- nidas ou Não Declaradas	TOTAL
TOTAL DE OCUPADOS	23,8	3,1	15,0	0,5	1,3
Ocupados formais	17,7	-6,4	9,0	-21,5	1,7
Empregados com car- teira de trabalho as- sinada	7,1	-38,7	5,9	-22,8	-0,9
Funcionários públicos estatutários e militares	33,6	6,2	17,4	-9,5	16,4
Ocupados informais ...	42,0	96,5	19,5	29,6	2,1
Empregados sem car- teira assinada (outros) ..	27,8	92,5	35,1	18,0	13,2
Trabalhadores domésti- cos	-	-	-	-	8,9
Trabalhadores por con- ta própria	54,4	-	14,7	32,4	5,9
Trabalhadores não re- munerados	63,9	461,1	42,5	73,9	-15,5
Outros ocupados	-	-	-	-	-10,8
Trabalhadores na pro- dução para o próprio consumo	-	-	-	-	-11,4
Trabalhadores na cons- trução para o próprio uso	-	-	-	-	15,6
Empregadores	84,9	-100,0	24,2	94,5	11,4
Sem declaração	-	-	-	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1992; 1999.

Entre 1992 e 1999, não houve uma elevação muito pronunciada do contingente de ocupados no Rio Grande do Sul. O incremento foi apenas da ordem de 1,3% (66,9 mil pessoas) em relação ao estoque de ocupados no início do período (Tabelas 2 e 3). Note-se que esse aumento foi inferior ao crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) no mesmo espaço temporal, conforme atesta Bastos (2002). O autor mostra que a PEA do período cresceu 4,6%, fato que denota que parcela do aumento da oferta de força de trabalho foi “empurrada” para o desemprego⁷.

Ao lado do aumento do desemprego, um dos fatos mais marcantes do período foi a redistribuição da mão-de-obra por setor de atividade. Verificou-se, por um lado, um processo de destruição de postos de trabalho nas atividades agrícolas e, por outro, uma considerável geração de ocupações nas atividades não agrícolas, especificamente no Setor Terciário. As atividades agrícolas perderam 257,5 mil postos de trabalho no período, o que representa uma queda de 16,5% em relação ao total de ocupados no ramo em 1992. No Terciário, o estoque de ocupados registrou um aumento de 328,1 mil pessoas — cerca de 15,0% em relação a 1992. A ocupação no Setor Secundário ficou praticamente estável nos anos considerados.

Esses movimentos da população ocupada refletem-se na participação percentual dos diferentes setores no total da ocupação do Estado. As atividades agrícolas perderam posição relativa, passando de 31,4% em 1992 para 25,9% em 1999. No Setor Terciário, ao contrário, registrou-se ganho de participação. Em 1992, os ocupados nessa área de atividades econômicas representavam 43,8% do total do Estado, ao passo que, em 1999, atingiam praticamente a metade do contingente de ocupados do RS (49,7%).

No Setor Terciário, observou-se aumento do estoque de ocupados em todos os ramos. Os maiores acréscimos em números absolutos registraram-se no ramo social (92,7 mil pessoas), na prestação de serviços (90,2 mil pessoas) e no comércio de mercadorias (64,5 mil pessoas). Em termos relativos, os maiores aumentos do estoque verificaram-se nos serviços auxiliares da atividade econômica (28,9% em relação ao estoque de 1992), no social (23,8%), e nos transportes e comunicações (19,5%). Já do ponto de vista da participação relativa dos ramos em relação ao total de ocupados no Estado, as variações foram relativamente pequenas. Os maiores ganhos de participação foram registrados no ramo social (1,7 ponto percentual) e na prestação de serviços (1,6 ponto percentual).

⁷ De acordo com a PNAD, entre 1992 e 1999, a taxa de desemprego, no Rio Grande do Sul, passou de 4,3% para 7,3% (Bastos, 2002, p. 145).

No Setor Secundário, o estoque de ocupados registrou queda na indústria de transformação (3,7% em relação ao estoque do setor em 1992) e nas outras atividades industriais (10,4%). O maior declínio, em números absolutos, verificou-se na indústria de transformação — 30,9 mil pessoas. Na indústria da construção, ao contrário, registrou-se um aumento significativo do número de ocupados (31,5 mil pessoas), o que representa um acréscimo de, aproximadamente, 12,8% em relação ao estoque de ocupados em 1992. Note-se que a variação do estoque de ocupados nesses ramos, no período, repercutiu relativamente pouco na sua participação relativa no total de ocupados no Estado.

A partir desses dados, pode-se concluir que a redução de postos de trabalho, que ocorreu principalmente nas atividades agrícolas, foi compensada pela ampliação de postos de trabalho no Setor Terciário, principalmente nos ramos social, prestação de serviços e comércio de mercadorias, bem como (em parte) no ramo da indústria da construção, do Setor Secundário. A questão que se coloca agora diz respeito à qualidade das ocupações. Essa questão, como já foi referido, pode ser apreendida pela análise da evolução das ocupações por categorias de posição na ocupação. Esse é o objeto da próxima seção.

Distribuição das ocupações por categorias de posição na ocupação

A PNAD revela que, em 1999, a maior parte dos ocupados do Estado — 51,7% do total (2.615,6 mil pessoas) — possuía empregos que podem ser considerados precários. O contingente que possuía empregos de melhor qualidade — os ocupados formais — representava, naquele ano, 37,1% do total de ocupados (1.876,0 mil pessoas). As categorias outros ocupados, empregadores e sem-declaração representavam 6,7%, 4,4% e 0,01%, respectivamente, do total de ocupados no Estado.

Considerando a distribuição das diversas categorias de trabalhadores, o contingente dos ocupados informais estava assim constituído em 1999: os por conta própria representavam 22,4% do total de ocupados do Estado; os empregados sem carteira⁸, 11,6%; os não remunerados, 11,2%; e os trabalhadores domésticos, 6,5%. No conjunto de ocupados formais, os empregados com carteira representavam 30,8% do total de ocupados do Estado, e os funcionários públicos, 6,3%. Note-se que o estoque de empregados com carteira constituía a parcela preponderante da força de trabalho, seguidos pelos conta-

⁸ A categoria empregados sem carteira corresponde à categoria outros empregados da PNAD.

-própria, que predominavam entre os trabalhadores informais. Finalmente, o conjunto de **outros** ocupados incluía as categorias trabalhadores na produção para o próprio consumo (7,5% do total de ocupados do Estado) e trabalhadores na construção para o próprio uso (0,2%).

Considerando o agregado do Estado, percebe-se que, entre 1992 e 1999, a participação de ocupados formais, bem como a de informais, no total de ocupados manteve-se praticamente a mesma. O peso relativo dos primeiros em relação ao total de ocupados passou de 37,0% em 1992 para 37,1% em 1999, ao passo que o estoque de ocupados dos últimos passou de 51,3% em 1992 para 51,7% em 1999. No tocante à variação do estoque de ocupados formais e informais, observa-se que os últimos registraram aumento maior que os primeiros. Isto é, no período em análise, o contingente de ocupados formais aumentou 1,7% (31,1 mil pessoas), ao passo que o de informais cresceu 2,1% (54,2 mil pessoas).

A análise revela que, entre as ocupações formais, houve certa estabilidade em sua participação relativa no total da ocupação do Estado, fato que se deveu a movimentos opostos das categorias ocupacionais desse grupo. Assim, a pequena redução no peso relativo da categoria empregados com carteira no total de ocupados do Estado — passando de 31,5% em 1992 para 30,8% em 1999 — foi contra-arrestada pela ampliação dos funcionários públicos, cuja participação relativa aumentou 0,8 ponto percentual no mesmo período. Em termos absolutos, essa categoria registrou uma expansão de 45,1 mil pessoas, enquanto a de empregados com carteira registrou uma retração de 14,0 mil pessoas.

No segmento informal, a categoria empregados sem carteira foi a que registrou o maior aumento de participação, passando de 10,4% do total de ocupados do Estado em 1992 para 11,6% em 1999. O estoque desse grupo foi acrescido de 68,2 mil pessoas ao longo desses anos. A categoria conta-própria apresentou, igualmente, uma expansão de 1,0 ponto percentual entre 1992 e 1999, com o aumento de 63,0 mil pessoas. A categoria dos trabalhadores domésticos, que reunia cerca de 6,1% do total de ocupados em 1992, passou para 6,5% em 1999. A única categoria que sofreu retração nesse período foi a de não remunerados (104,2 mil pessoas a menos), tendo passado de 13,5% do total de ocupados em 1992 para 11,2% em 1999.

Observe-se, ainda, que, dos grandes grupos de posição na ocupação, a de outros ocupados foi a única a registrar queda no estoque de ocupados — 10,8% em relação ao estoque de ocupados do Estado de 1992 (41,3 mil pessoas a menos). O peso relativo desse grupo passou de 7,6% em 1992 para 6,7% em 1999, sendo que a queda se deve à redução do número de trabalhadores na produção para o próprio consumo. O número de empregadores, ao contrário, elevou-se em 15,6% em relação ao estoque existente em 1992, passando de 4,0% do total de ocupados para 4,4% em 1999.

Em resumo, viu-se que a situação da ocupação no agregado do Estado não sofreu grandes alterações no decorrer dos anos 90. Uma análise mais detalhada da evolução das categorias de posição na ocupação indica, no entanto, que houve um incremento da precariedade no mercado de trabalho. Isso se manifesta, por um lado, no aumento da proporção de empregados sem carteira e de trabalhadores por conta própria no total de ocupados do Estado e, por outro, no declínio da parcela de empregados com carteira. O exame mais detido da ocupação, por setor e ramo de atividade, — tema da próxima seção — desvela, com maior nitidez, essa pouco promissora evolução no mercado de trabalho.

Distribuição dos ocupados, por categorias de posição na ocupação, nos setores e ramos de atividade econômica

Uma primeira observação é que a realidade da ocupação é muito distinta nos diferentes setores de atividade econômica. Constata-se que, em 1999, o Setor Secundário mantinha sua tradicional característica de ser o segmento produtivo com a maior proporção de empregos legalizados. Aqui, o mercado de trabalho formal reunia 59,2% dos ocupados do setor, ao passo que o segmento informal perfazia 34,8%.⁹ No Setor Terciário, a situação era inversa. A maior parte das ocupações (52,4%) encontrava-se no segmento informal, enquanto o contingente de ocupados formais representava 42,5%. As atividades agrícolas eram aquelas em que a realidade do emprego era a mais precária. Nessa área, o estoque de ocupados formais totalizava apenas 7,2% do total dos ocupados, enquanto o de informais, cerca de 64,8%. Observe-se que, neste último setor, o peso relativo do grande grupo de posição na ocupação outros ocupados era muito expressivo, reunindo um quarto da força de trabalho (25,3% — 372,0 mil pessoas) em 1999. Esse grupo compunha-se, exclusivamente, de trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Considerando os dados agregados por setor de atividade, observa-se que as alterações na distribuição de ocupados formais e informais entre 1992 e 1999

⁹ Note-se que a soma de ocupados formais e informais não totaliza 100% porque existem ainda outras categorias, notadamente a de outros ocupados, de empregadores e a de sem declaração. Em função disso, o aumento ou a queda de pontos percentuais em termos de participação relativa, na categoria de ocupações formais, não corresponde, necessariamente, a uma variação de igual magnitude e em sentido contrário nas ocupações informais e vice-versa.

foram relativamente pequenas. Nas atividades agrícolas, registrou-se um leve aumento na proporção do emprego formal em relação ao total de ocupados do setor — de 1,1 ponto percentual —, e uma moderada queda na proporção de ocupações informais — redução de 2,3 pontos percentuais. Em termos absolutos, isso representou uma considerável diminuição do número de pessoas em ocupações precárias nesse setor (202,4 mil pessoas a menos) entre 1992 e 1999. A queda do emprego informal foi motivada, principalmente, pela diminuição do estoque de não remunerados (122,7 mil pessoas a menos) e do contingente dos por conta própria (53,9 mil pessoas a menos). O número de postos de trabalho formais — que atingia cerca de 94,5 mil pessoas em 1999 —, ao contrário, manteve-se praticamente estável. Esse conjunto compunha-se somente de empregados com carteira.¹⁰ É necessário chamar atenção para o fato de que o ganho de participação do setor formal e a perda de participação do setor informal não necessariamente indicam melhoria da qualidade das ocupações nesse setor. Esse movimento deve ser creditado à queda da ocupação agrícola. Uma das razões apontadas para explicar esse processo é o aumento da exclusão social e da pobreza em áreas rurais, fato que provocou a migração de extensos contingentes populacionais do campo para as cidades, com repercussões negativas para a ocupação nas atividades não agrícolas (Schneider, 1999).

Nas atividades não agrícolas, a proporção de ocupações formais e informais em 1999 praticamente se equivalia — 47,6% e 47,0% do total de ocupados nessas atividades¹¹ respectivamente. Aqui, ao contrário do caso anterior, ao longo dos anos 90 registrou-se um processo de destruição de postos de trabalho formais e crescimento de ocupações precárias. No Setor Secundário, por exemplo, observou-se queda de 3,4 pontos percentuais no emprego formal entre 1992 e 1999, ao passo que a proporção de ocupados informais aumentou 2,6 pontos percentuais. No Setor Terciário, a queda na proporção de ocupados formais foi da ordem de 2,3 pontos percentuais, e o aumento na de informais, da ordem de 2,0 pontos percentuais.

Em termos absolutos, o maior incremento das ocupações informais ocorreu no Terciário (214,6 mil pessoas), seguindo-se as atividades industriais (27,5 mil pessoas). O estoque de ocupados formais, por sua vez, teve crescimento de 88,1 mil pessoas no Setor Terciário e queda nas atividades industriais (40,4 mil pessoas).

¹⁰ Observe-se que a análise das categorias de ocupados por posição na ocupação não esgota a análise da situação do mercado de trabalho nas atividades agrícolas, em que é expressiva a participação de empreendimentos de pequeno porte vinculados à agricultura familiar. O instrumental aqui utilizado é mais apropriado para examinar a realidade da economia nas áreas urbanas.

¹¹ O total de ocupados em atividades não agrícolas inclui a soma dos ocupados no Setor Secundário mais os ocupados no Setor Terciário.

Desagregando-se os dados de posição na ocupação por ramo de atividade econômica, descortina-se um quadro de grandes disparidades. Observa-se, primeiramente, que, em 1999, na maioria dos ramos a proporção de ocupados no setor formal sobrepujava a do informal. Nessas condições se encontravam a administração pública (82,0% do pessoal ocupado no setor), o ramo social (73,5%), a indústria de transformação (70,5%), as outras atividades industriais (59,5%) e transportes e comunicações (47,4%). Os ramos em que a proporção da população ocupada no segmento informal se sobrepunha à do segmento formal eram prestação de serviços (78,9% em relação ao total de ocupados no ramo), indústria da construção (63,8%), serviços auxiliares da atividade econômica (59,1%) e comércio de mercadorias (49,1%).

Em segundo lugar, a proporção de ocupações informais no total de ocupados elevou-se, durante o período em estudo, em todos os ramos de atividade econômica, com exceção de prestação de serviços, o qual, no entanto, permaneceu como o ramo de atividade com maior parcela de trabalhadores nessas condições. Os aumentos mais expressivos ocorreram em transportes e comunicações (9,4 pontos percentuais), outras atividades industriais (8,7 pontos percentuais), administração pública (8,4 pontos percentuais) e serviços auxiliares da atividade econômica (6,6 pontos percentuais).

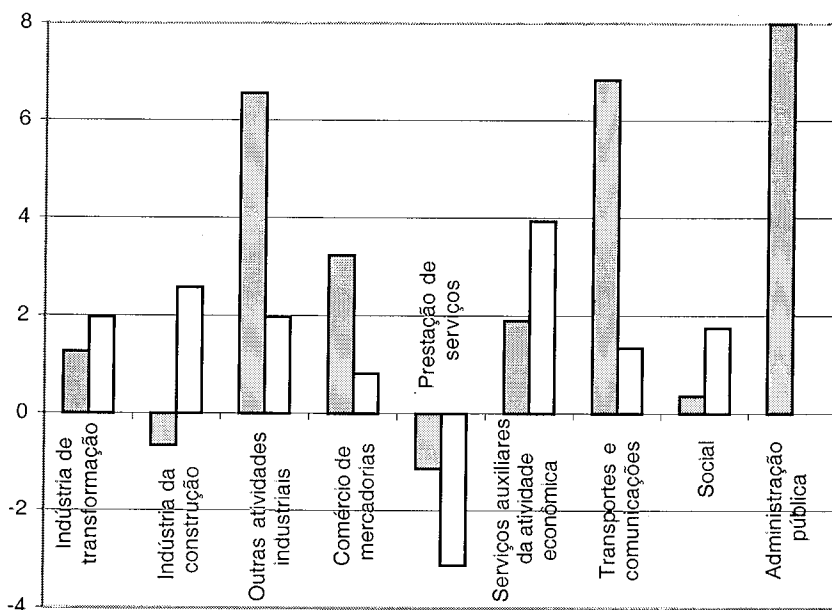
Em terceiro lugar, em números absolutos, os maiores aumentos do estoque de ocupados informais ocorreram em comércio de mercadorias (51,9 mil pessoas), prestação de serviços (45,0 mil pessoas) e indústria da construção (21,0 mil pessoas). No que tange às ocupações formais, as quedas mais expressivas do estoque de ocupados ocorreram em indústria de transformação (39,9 mil pessoas) e administração pública (12,0 mil pessoas). Caberia destacar que, em alguns ramos, o estoque de ocupados legalmente contratados registrou elevação. Esse fato, no entanto, nem sempre resultou em aumento da proporção desse tipo de ocupados no total do ramo. Foi o que ocorreu no ramo social, que, a despeito de registrar um aumento de 53,2 mil postos de trabalho legalizados durante o período, acusou queda da ordem de 3,8 pontos percentuais na proporção de ocupados nessa condição no total de ocupados no ramo. Em prestação de serviços, ao contrário, houve incremento de 48,1 mil pessoas ocupadas no setor formal, fato que se expressou numa elevação da ordem de 4,2 pontos percentuais na sua participação relativa na ocupação do setor.

Uma análise mais detida dos dados permitiu identificar as categorias de posição na ocupação que foram responsáveis pela evolução, acima identificada, da qualidade da ocupação nos diferentes ramos de atividade não agrícola. No que tange ao setor informal, a categoria empregados sem carteira foi a que registrou os mais expressivos aumentos, em termos relativos, no total de ocupados. Esse incremento pode ser creditado ao crescimento dessa modalidade de ocupados, principalmente no Setor Terciário. Os maiores ganhos de par-

ticipação se verificaram em administração pública (8,0 pontos percentuais), no ramo de transportes e comunicações (6,8 pontos percentuais) e em comércio de mercadorias (3,2 pontos percentuais) — Gráfico 1. Poder-se-ia mencionar, ainda, o substancial incremento, em termos de participação, ocorrido no ramo outras atividades industriais (6,6 pontos percentuais). Note-se que a mais expressiva variação absoluta do estoque de empregados sem carteira ocorreu em comércio de mercadorias (26,0 mil pessoas) e na administração pública (17,7 mil pessoas).

Gráfico 1

Variação, em pontos percentuais, da participação de categorias de ocupados informais selecionados no total de ocupados, por ramo, no RS — 1992-99



Legenda: ■ Empregados sem carteira □ Conta-própria

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1992; 1999.

Viu-se que os trabalhadores por conta própria foi a outra categoria responsável pelo aumento da participação relativa do setor informal no total de ocupados. Essa modalidade de posição na ocupação expandiu sua participação mais fortemente nos serviços auxiliares da atividade econômica (3,9 pontos percentuais), na indústria da construção (2,6 pontos percentuais), na indústria de transformação (2,0 pontos percentuais) e no ramo social (1,7 ponto percentual). Caberia destacar que os maiores aumentos do estoque de ocupados nesse segmento ocorreram em serviços auxiliares da atividade econômica (24,8 mil pessoas) e em indústria da construção (19,6 mil pessoas).

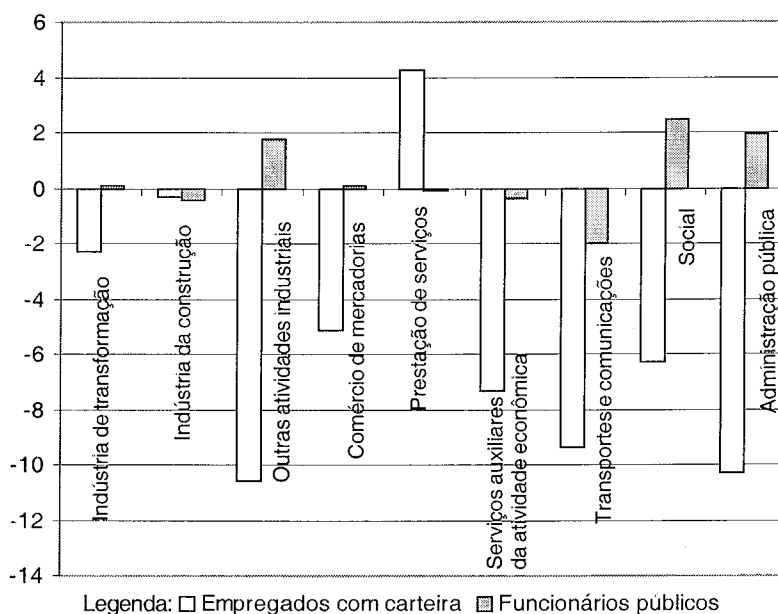
Há que se assinalar, ainda, dois aspectos relacionados à evolução da distribuição do estoque de ocupados, por categorias ocupacionais, no setor informal. Primeiramente, a categoria trabalhadores domésticos apresentava, em 1999, o maior peso relativo no ramo prestação de serviços, contabilizando 38,9% do total de ocupados nesse segmento da atividade produtiva. Durante o período em análise, essa categoria sofreu pequena queda em termos de participação relativa no ramo — cerca de um ponto percentual —, embora o contingente tenha se elevado 8,9%, com o acréscimo de 27,2 mil pessoas. Em segundo lugar, a categoria não remunerado, teve acréscimos, em termos de participação relativa, que merecem ser destacados, notadamente em prestação de serviços (1,8 ponto percentual), transportes e comunicações (1,2 ponto percentual) e no ramo social (1,0 ponto percentual). Em números absolutos, o maior aumento do estoque se registrou no ramo prestação de serviços — cerca de 19,4 mil pessoas.

O exame da evolução da distribuição dos ocupados por categorias de posição na ocupação e ramo de atividade, no setor formal, mostra, como se viu acima, que esse grupo sofreu perda de participação em quase todos os ramos da atividade econômica. Essa queda pode ser creditada, principalmente, à diminuição da participação relativa do número de empregados com carteira em relação ao total de ocupados dos respectivos ramos em todos os segmentos produtivos, exceto em prestação de serviços. Os maiores declínios foram registrados em outras atividades industriais (10,6 pontos percentuais), em administração pública (10,3 pontos percentuais) e em transportes e comunicações (9,4 pontos percentuais) — Gráfico 2. Note-se que, em termos absolutos, a queda mais expressiva se verificou na indústria de transformação (40,5 mil pessoas) e na administração pública (20,4 mil pessoas). Na prestação de serviços, a categoria empregados com carteira registrou ganho de participação, passando de 13,7% no total de ocupados do ramo em 1992 para 17,9% em 1999. Ainda que mantendo uma proporção relativamente baixa no ramo, o acréscimo, em termos absolutos, foi expressivo, chegando a 48,7 mil pessoas. De acordo com o IBGE, nesse ramo se incluem, além das ocupações domésticas remuneradas, os serviços de alojamento e alimentação, bem como os serviços

de higiene pessoal. Por ser muito genérica, essa classificação não permite identificar com maior exatidão em que tipo de atividades ocorreu esse incremento. É possível conjecturar, no entanto, que o trabalho com carteira tenha se ampliado nos serviços de hotelaria, de restaurantes e de limpeza, atividades estas que se expandiram, na década, tanto pela maior demanda dos serviços diretos que oferecem quanto pelo acentuado processo de terceirização de alguns tipos de serviços. Uma resposta mais precisa para essa questão, porém, está a merecer uma investigação mais aprofundada.

Gráfico 2

Variação, em pontos percentuais, da participação de categorias de ocupados formais no total de ocupados, por ramo, no RS — 1992-99



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1992; 1999.

Quanto aos funcionários públicos, que compreende a outra categoria de posição na ocupação pertencente ao conjunto dos ocupados formais, destacam-se os ganhos de participação que esse grupo registrou, entre 1992 e 1999, nos ramos social (2,4 pontos percentuais) e administração pública (2,0 pontos percentuais). O maior incremento do estoque desse tipo de ocupados se verificou na área social¹² (40,3 mil pessoas), na qual essa categoria passou a representar, em 1999, 33,2% do total de ocupados. Na administração pública — ramo em que a participação desse tipo de ocupados é tradicionalmente elevada (67,0%, em 1999) — o incremento foi bem menor, de apenas 8,4 mil pessoas. Nos demais ramos, a variação do estoque desse tipo de ocupados, em termos absolutos ou relativos, foi muito pequena.

Resumindo, esses dados mostram que, no final dos anos 90, nas atividades não agrícolas, ainda eram maioria os ramos nos quais predominava o emprego formal. Dados indicam, no entanto, um avanço da precarização, fato que ocorreu não apenas em ramos em que a parcela de informais já era elevada no início daquela década — como é o caso de comércio de mercadorias e de transportes e comunicações. Isso se manifesta, igualmente, no aumento da participação relativa do emprego informal em segmentos produtivos em que preponderava o emprego legalizado, tais como a indústria de transformação e a administração pública. Um aspecto que merece ser destacado é que, paradoxalmente, se assistiu a um avanço, ainda que pequeno, do setor formal na prestação de serviços, uma área que se caracteriza pela amplitude do trabalho precário.

Considerações finais

Este estudo mostrou, primeiramente, que, entre 1992 e 1999, houve uma redistribuição setorial da ocupação no Rio Grande do Sul. Isso se manifestou na perda do peso relativo das atividades agrícolas e no aumento do peso relativo do Setor Terciário. Considerando a magnitude das alterações, pode-se concluir que a destruição de postos de trabalho no primeiro setor foi compensada pela geração de ocupações no segundo. Isso não quer dizer que houve equilíbrio entre oferta de mão-de-obra e geração de emprego. No período em estudo, a População Economicamente Ativa aumentou mais do que a população ocupada, fato que indica crescimento das taxas de desemprego.¹³

¹² De acordo com o IBGE, esse ramo inclui os serviços comunitários e sociais, os serviços médicos, odontológicos e veterinários e o ensino, categorias em que o setor público também se encontra presente.

¹³ No Rio Grande do Sul, essa questão já foi examinada por outros estudos, cujas conclusões coincidem com as deste artigo (De Toni; Xavier Sobrinho, 1998; Fligenspan, 2000).

Um outro aspecto importante destacado neste texto é que mais da metade dos ocupados do Estado se inseria de forma precária no mercado de trabalho em 1999. Nas atividades econômicas não agrícolas, a proporção de pessoas em ocupações formais e informais praticamente se equivalia, ao passo que, nas atividades agrícolas, a parcela de informais representava dois terços dos ocupados.

A terceira constatação foi a de que o peso relativo do setor informal cresceu — ainda que em escala moderada — em vários ramos dos Setores Secundário e Terciário. Pode-se dizer, portanto, que o processo de redistribuição setorial da força de trabalho está associado, em alguma medida, à geração de emprego de baixa qualidade. Isso se manifesta, principalmente, no declínio da proporção de pessoas empregadas com carteira de trabalho assinada e na ampliação do peso relativo do emprego assalariado não legalizado e do trabalho por conta própria. Assinala-se que o peso relativo do trabalho sem carteira se expandiu, sobretudo na área do comércio de mercadorias e na administração pública, enquanto a proporção dos ocupados na categoria por conta própria se ampliou, especialmente nos serviços auxiliares da atividade econômica, bem como na indústria da construção.

Caberia ressaltar que o emprego típico do núcleo estruturado da economia — o assalariamento com carteira de trabalho assinada — apresentou sinais de declínio em quase todos os ramos de atividade econômica. A maior queda do estoque desse tipo de ocupados se verificou na indústria de transformação, um setor historicamente marcado pela predominância dessa forma contratual de relação de trabalho. Outro segmento da atividade produtiva marcado pela forte presença do emprego formal, a administração pública, igualmente registrou forte queda desse tipo de categoria. A diminuição do peso relativo do trabalho com carteira, no entanto, não pode ser generalizada. O estudo constatou que essa modalidade de inserção no mercado de trabalho sofreu expansão, em termos tanto absolutos quanto relativos, exatamente no ramo de atividade econômica em que o trabalho informal tinha, em 1999, o maior peso relativo, notadamente o da prestação de serviços.

Bibliografia

AMADEO, Edward; CAMARGO, José M. Instituições e o Mercado de Trabalho no Brasil. In: CAMARGO, José M. (Org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 47-94.

BALTAR, Paulo E. de A.; PRONI, Marcelo. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, Carlos A.; MATTOSO, Jorge Eduardo (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil** — modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

BASTOS, Raul Luís Assumpção. Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 137-180, 2000.

BASTOS, Raul Luís Assumpção. Uma breve caracterização da inserção de jovens no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul nos anos 90. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 123-150, 2002.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A informalidade na América Latina contemporânea: Argentina, Brasil e México. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, 3., Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: [s.n.], 2000. (paper).

CACCIAMALI, Maria Cristina. Proceso de informalidad y sector informal: reexamen de uma discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 3, p. 95-110, sep./dic. 2000.

CARDOSO JUNIOR, José Celso; FERNANDES, Suiane. A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. **Mercado de Trabalho** — Conjuntura e Análise, Rio de Janeiro: IPEA, v. 5, n. 14, p. 41-49, 2000.

DE TONI, Miriam; XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. **Emprego**. Porto Alegre: SCP/FEE/METROPLAN, 1998. (Projeto RS 2010).

FLIGENSPAN, F. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

GONZAGA, G. Rotatividade e qualidade de emprego no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Editora 34, v. 18, n. 1, p. 120-140, 1988.

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.

PERO, Valéria L. A carteira de trabalho no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. In: MENDONÇA, Rosane S. P. de M.; URANI, André (Org.). **Estudos Sociais e do Trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. v. 1, p. 159-196.

REINECKE, Gerhard. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In: POSTHUMA, Anne C. (Org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. São Paulo, 1999. p. 119-147.

SCHNEIDER, Sergio. O desenvolvimento recente da agricultura gaúcha. **Jornal Correio Riograndense**, Caxias do Sul, v. 91, n. 4.634, 16 jun. 1999, p. 32-35. (Edição Comemorativa dos 90 Anos),

SITUAÇÃO do trabalho no Brasil. São Paulo, A. Porto Alegre: DIEESE, 2001.

SOUZA, Paulo R. **Emprego, salários e pobreza**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Um “instantâneo” do mercado de trabalho gaúcho no final dos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 249-263, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.